



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

**PROJETO BÁSICO Nº 9 - TRE-ES/PRE/DG/SAO/CIA/SINFRA****1. Objeto**

1.1. Contratação de empresa especializada em serviços técnicos de arquitetura para elaboração de Projeto Básico e Executivo (arquitetônico e complementares) adequação do Centro de Memória do TRE/ES, conforme especificações.

**2. Local de Realização da Obra**

2.1. Avenida João Batista Parra, 575, Praia do Suá – Vitória - ES.

**3. Especificações**

3.1. Para que a contratação produza resultados pretendidos pela Administração será necessária a elaboração de projeto arquitetônico para o Centro de Memória do TRE/ES, contendo, dentre outras informações, medidas precisas, pontos de luz, tomadas, área, infraestrutura, climatização, suportes, expositores horizontais e verticais, vitrines, materiais para legenda, recursos audiovisuais (TV etc.), recursos para exposições interativas, sinalização e segurança, conforme sugerido no documento 0782756 “Descritivo do Centro de Memória do TRE-ES”.

3.2. Além das informações apontadas no item 3.1, destacam-se, abaixo, alguns itens a serem contemplados no projeto arquitetônico:

3.2.1. Iluminação - A luz age diretamente na forma, cor, espaço e textura dos ambientes e objetos, sendo de suma importância a escolha ideal para o projeto do Centro de Memória, opções que valorizem a mostra (utilização do recurso da luz natural, a zenital, iluminação artificial e/ou combinação das duas formas).

3.2.2. Sonorização - Disponibilização de som em música ambiente, em alguns módulos específicos e ainda em estações de áudio utilizando fones de ouvidos ou alto-falantes direcionais com gravações/depoimentos especiais para uma maior interação com o público visitante.

3.2.3. Suportes - Fará parte do acervo urnas de lona, madeira, ferro, urnas eletrônicas, bolas de pelouro, fotografias e documentos, leitor de microfichas, máquina de datilografia etc. O projeto deve prever variados suportes expositivos necessários para o acervo, considerando tamanho, peso e tipo, como por exemplo, paredes, painéis, módulos, vitrines, cubos, caixas de apoio etc.

3.2.4. Utilização de recursos de tecnologia, como, por exemplo:

3.2.5. Acessibilidade universal dos diferentes públicos - Para viabilizar os princípios da acessibilidade e da inclusão social nos museus é necessário que o projeto desenvolva estratégias para renovação de parâmetros em uma expografia acessível, eliminando barreiras atitudinais, de comunicação e acesso à informação. Deve-se prever as possibilidades de acesso físico, sensorial e intelectual, assim como planejar mobiliário de conforto para os visitantes, de todas as idades e condições físicas.

- utilização de QR Code para possibilitar o escaneamento de código de barras por um celular concedendo acesso a um trecho de texto e/ou link que irá redirecionar o acesso ao conteúdo publicado em algum site.

- Telas sensíveis ao toque, disponíveis em totens e mesas interativas.
- Uso de aplicativo interativo para trazerem temas e conteúdos além dos que estarão abordados na exposição.

#### **4. Planilha orçamentária**

4.1. Deverá conter todos os serviços, materiais e equipamentos necessários à perfeita execução do objeto com as respectivas unidades, quantidades, preços unitários e totais.

4.2. Para determinação dos preços deverão ser apresentadas, no mínimo, três cotações de preços de mercado. Devendo ser informado para cada uma delas o nome da fonte de pesquisa acompanhado dos dados necessários para localização do mesmo, incluindo, conforme o caso, telefone de contato, endereço, e-mail e/ou site.

4.3. Caso não seja possível a obtenção do número mínimo de cotações para um determinado insumo, deverá ser apresentado um termo circunstanciado para justificar o fato.

4.4. Apresentar o cronograma físico-financeiro e planilha de composição do BDI, observando as determinações e orientações contidas no Acórdão TCU 2.622/2013.

#### **5. Caderno de encargos**

5.1. O Caderno de Encargos deve fixar as diretrizes para a execução de todos os serviços listados na planilha orçamentária.

5.2. Para a confecção deste caderno, a Contratada deverá se basear na norma técnica NBR-12.219 – Elaboração de Caderno de Encargos para Execução de Edificações.

5.3. O conteúdo de cada um dos serviços e seus procedimentos executivos serão baseados em normas técnicas publicadas pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

#### **6. Especificação dos materiais**

6.1. Todos os materiais e serviços resultantes dos projetos e adequações serão especificados estipulando-se as condições mínimas aceitáveis de qualidade.

#### **7. Diretrizes para elaboração do projeto**

7.1. Deverá ser realizada vistoria no imóvel para a identificação e registro das adequações e a proposição de soluções, bem como, analisar os documentos 0704857 "Discriminação do Acervo" e 0782756 "Descritivo do Centro de Memória do TRE-ES".

7.2. Antes da vistoria o TRE-ES deverá ser contatado para a disponibilização do projeto de arquitetura em arquivo DWG.

7.3. Para a elaboração dos projetos, considerar os conceitos de projeto básico e projeto executivo, apresentados nos incisos XXV e XXVI do Art. 6º da Lei 14.133/2021, conforme a seguir:

“[...]

XXV - - projeto básico: conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:

[...]

*XXVI - projeto executivo: conjunto de elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, com o detalhamento das soluções previstas no projeto básico, a identificação de serviços, de materiais e de equipamentos a serem incorporados à obra, bem como suas especificações técnicas, de acordo com as normas técnicas pertinentes ;*

*[...]”*

## **8. Características da edificação**

8.1. O imóvel objeto da adequação está localizado no pavimento pilotis do Edifício Sede do TRE-ES e é constituído de uma sala com aproximadamente 27,0 m², 0931005.

## **9. Encargos da Contratada**

9.1. A contratada deverá, caso solicitada, dar suporte técnico na interpretação dos projetos durante a implantação.

9.2. A contratada deverá transferir o direito sobre os projetos, quando solicitado, ao TRE/ES.

9.3. Cumprir as instruções, sugestões, observações e decisões que emanem da fiscalização do Contratante.

9.4. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo Contratante, quanto ao cumprimento de Cláusulas contratuais.

9.5. A contratada deverá cumprir, rigorosamente, as normas técnicas da ABNT aplicáveis à execução dos serviços contratados.

9.6. A empresa contratada deverá arcar com todos os ônus dos deslocamentos dos seus técnicos para a execução dos serviços.

9.7. Eventuais equívocos imperfeições ou ausência de detalhes não detectados na ocasião da entrega e aprovação dos documentos, não eximem a contratada de repará-los, quando solicitada, sem quaisquer ônus para o TRE-ES.

9.8. Correrão por conta da empresa contratada as taxas, impostos, despesas, ônus e providências necessárias ao registro e aprovação dos respectivos projetos junto aos órgãos públicos, e relativas à anotação ou registro de responsabilidade técnica – ART ou RRT, junto ao CREA-ES ou CAU-ES, consulta prévia e demais despesas associadas à prestação dos serviços objeto desta contratação.

9.9. O TRE-ES poderá convocar a presença de representante da contratada, bem como de responsável(eis) técnico(s) pela elaboração de projeto(s), quando necessário, para elucidar e esclarecer quaisquer dúvidas ou questionamentos a respeito do trabalho desenvolvido, bem como de sua integração com o conjunto. Quando convocado, o representante comparecerá à sede do TRE-ES, em até 48 (quarenta e oito) horas, fazendo-se acompanhar, se for preciso, do(s) autor(es) do(s) projeto(s) arguido(s).

## **10. Da Visita Técnica**

10.1. As empresas poderão efetuar visita técnica para auxiliar na elaboração das propostas mediante prévio agendamento com a Seção de Infraestrutura e Imobiliária, pelos telefones (27) 2121-8632 e (27) 2121-8532, no horário das 12 às 18 horas.

10.2. A não realização da visita técnica será considerada como declaração de que a licitante conhece as condições locais para a execução do objeto, não cabendo qualquer questionamento posterior sobre condições desconhecidas das instalações e seus impactos na apresentação da proposta.

## **11. Do Prazo**

11.1. O prazo de entrega do objeto deverá ser de, no máximo, 60 (sessenta) dias, a partir da assinatura do instrumento contratual.

## 12. Da Vigência

12.1. O prazo de vigência deste contrato é de 05 (cinco) meses, contado da data da sua assinatura, com eficácia após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.

## 13. Do Pagamento

13.1. O Contratante pagará à Contratada pela execução total dos serviços o valor global do contrato, em conformidade com o preço estabelecido na proposta comercial, mediante apresentação das documentações e Nota Fiscal.

## 14. Da Qualificação Econômico-Financeira

14.1. O Licitante deverá apresentar Certidão Negativa de Feitos de Falência, Recuperação Judicial ou Recuperação Extrajudicial.

## 15. Capacidade técnica profissional e operacional

15.1. Prova do registro ou inscrição do licitante, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, da região a que estiver vinculado, que comprove o desempenho de atividade relacionada com o objeto desta contratação.

15.2. Comprovação de o licitante possuir em seu quadro, na data prevista para entrega da proposta, profissional(is) de nível superior, engenheiro ou arquiteto, reconhecido(s) pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, detentor(es) de atestado(s) capacidade técnica de elaboração de projetos semelhante ao deste objeto.

15.3. O(s) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica do(s) profissional(is) deverá(ão) estar devidamente(s) registrado(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, da região onde os serviços foram executados.

15.4. Um ou mais atestados ou declarações de capacidade técnico-operacional, em nome do licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para desempenho de atividade de elaboração de projeto de arquitetura em edificações comerciais.

15.5. A comprovação de vínculo do profissional com o participante poderá ser feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:

- a) Carteira de trabalho e previdência social (CTPS) do profissional, em que conste o licitante como contratante;
- b) Contrato social do licitante, em que conste o profissional como sócio;
- c) Contrato de prestação de serviços, regido pela legislação comum;
- d) Declaração de contratação futura do profissional, acompanhada de anuência deste.

15.6. No caso de dois ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional, ambos serão inabilitados.

## 16. Da Estimativa e Proposta

16.1. O valor orçado 0990804 pelo qual a Administração está disposta a desembolsar, **para a presente contratação, foi estimado em R\$ 16.000,00.**

16.2. As empresas proponentes deverão apresentar proposta de preço global para a elaboração dos Projetos Básico e Executivo, objeto desta contratação, considerando na composição do preço todos os custos necessários a completa elaboração dos projetos.

16.3. As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de início da sessão pública de abertura dos envelopes “Documentação” e “Proposta”, estabelecida no preâmbulo do Edital.

16.4. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

## 17. DA LEI nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais)

17.1. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal, repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

17.2. Para fins de execução do objeto contratado e de cumprimento de obrigação legal ou regulatória, o Contratante poderá proceder ao tratamento dos dados pessoais dos representantes legais da Contratada, inclusive para publicação nos portais de Transparência do Contratante.

## 18. Das Penalidades

18.1. Em conformidade com as disposições previstas na Lei nº 8.666/93, pelo descumprimento das obrigações decorrentes do presente Contrato, a Contratada ficará sujeita às seguintes sanções:

Descumprimento	Percentual diário	Limite de dias	Percentual total	Valor de incidência da multa
•				
Atraso na entrega do objeto	0,5%	20	10%	Total do contrato
Prazo excepcional de entrega do objeto	0,5%	20	10%	Total do contrato
Inexecução total	-----	----	30%	Total do contrato
Inexecução parcial	-----	-----	30%	Parcela não executada
Descumprimento do prazo para assinatura do instrumento contratual	-	-	20%	Total da proposta

18.2. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte da Contratada, na forma da Lei nº 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo).

18.3. A aplicação das multas previstas não exime a Contratada de reparar eventuais danos, perdas ou prejuízos que o seu ato punível venha a acarretar à Administração.

18.4. Os valores das multas porventura aplicadas serão descontados dos pagamentos devidos pelo Contratante à Contratada, da garantia contratual apresentada ou cobrados judicialmente.

18.5. As sanções porventura aplicadas pela Administração serão registradas no SICAF.

18.6. A contagem dos prazos estabelecidos nesta Cláusula inicia-se automaticamente no primeiro dia de atraso.

18.7. Eventuais solicitações de prorrogação dos prazos deverão ser apresentadas por escrito, devendo ser recebidas contemporaneamente ao fato que ensejá-las. Em havendo atraso na análise do pedido, por exclusiva responsabilidade do CONTRATANTE, a contagem dos prazos de execução poderá ser suspensa, a critério da Administração, reiniciando-se na data do recebimento da notificação expedida pelo setor competente do Tribunal.

## 19. Do Recebimento

19.1. O recebimento do objeto se dará com a entrega dos Projetos Básico e Executivo, via correio eletrônico, e das respectivas ART(s) do(s) responsável(eis) técnico(s) pela elaboração.

Tipo de Documento	Programa
•	
Textos (caderno de encargos, memorial descritivo, especificações de materiais )	Docx e pdf - salvos na versão 2003
Planilhas (orçamentária, cronograma físico-financeiro)	Excel xlsx e pdf - salvos na versão 2003
Desenhos	AutoCad (.dwg) e pdf – salvos na versão 2012 ou superior

19.2. Juntar as anotações de responsabilidade técnica (ARTs) ou registros de responsabilidade técnica (RRTs) devidamente assinadas pelas partes e já quitadas para todos os projetos, inclusive planilha orçamentária.

19.3. Deverão as ARTs e RRTs respeitar as atribuições específicas definidas pelo respectivo Conselho Federal de Classe para os diferentes profissionais envolvidos no projeto.

Em 25 de julho de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **GERSON MARQUES OLIVEIRA**, Analista Judiciário, em 25/07/2023, às 17:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.tre-es.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.tre-es.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0996505** e o código CRC **859BE303**.